



140

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0283085-3**

**APELANTE:** Município de Santa Maria do Cambucá

**APELADO:** Arnaldo Simões de Araújo

**RELATOR:** Des. Francisco Bandeira de Mello

**EMENTA:** CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO DE TRABALHO VERBAL. AUSÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO. CONTRATO IRREGULAR. REEXAME NECESSÁRIO IMPROVIDO, PREJUDICADO O APELO VOLUNTÁRIO. 1. Rejeitou-se a preliminar de incompetência da Justiça Comum Estadual, tendo em vista o entendimento firmado, por esta 2ª Câmara de Direito Público em processo idêntico, envolvendo a mesma matéria e o mesmo Município (AGR: 2814944 PE 0018513-51.2012.8.17.0000). 2. A eventual nulidade do contrato não implica na inexistência de direito à percepção da remuneração devida em contrapartida ao fato em si do trabalho prestado, ainda que irregular a contratação, sem o que dar-se-ia o locupletamento da administração, que a um só tempo deu causa à nulidade e dela se beneficiou, pela apropriação do trabalho prestado pelo servidor. 3. A orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, quanto aos servidores contratados sem concurso público, cujos contratos de trabalho sejam declarados nulos, é a de que os efeitos da nulidade não são retroativos, tendo o empregado direito à percepção dos salários atrasados, com base no princípio da boa-fé e da primazia da realidade (RESP 326676/GO, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, DJU de 04/03/2002). 4. O Juízo *a quo* consignou na sentença apelada que a prova testemunhal produzida nos autos confirmou a prestação de serviços por parte do apelado. 5. Na espécie, uma vez comprovada a prestação de serviço, mas não constando dos autos o demonstrativo do pagamento, ao demandante, das verbas constitucionais pleiteadas, merece a sentença ser mantida. 6. Consoante a regra encartada no art. 333, II, do Código de Processo Civil, cabia ao Município apresentar prova da existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito reclamado pela parte autora, qual seja, nesta última hipótese, o efetivo pagamento de todos os valores pleiteados a título de férias e 13º salário. 7. Correta a sentença de 1º grau quando determinou a complementação do salário ao mínimo, pois nos termos do art. 7º, incisos IV e X, da Constituição Federal, a remuneração mínima a ser paga aos servidores públicos, ativos ou inativos, deve ser de 01 (um) salário mínimo mensal. 8. Reexame necessário improvido, prejudicado o apelo voluntário.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0283085-3, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça em negar provimento ao reexame necessário, prejudicado o apelo voluntário, nos termos do voto do relator, que integra o acórdão.

Recife, 22 de maio de 2014 (data do julgamento).

**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0283085-3**

**APELANTE: Município de Santa Maria do Cambucá**

**APELADO: Arnaldo Simões de Araújo**

**RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello**

**RELATÓRIO**

Trata-se de **reexame necessário e apelação cível** interposta em face da sentença prolatada pelo Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Santa Maria do Cambucá, que julgou procedente em parte o pedido formulado nos autos da ação ordinária de cobrança NPU 0000092-30.2005.8.17.1270, condenando o Município apelante nos seguintes termos:

“**Posto isto**, com fundamento no art. 269, inciso I do Código de Processo Civil c/c arts. 63, 65, 66, 76 e 79 da Lei Municipal 329/2003, art. 7º, incisos IV, VII, VIII, XVII, art. 37, inciso IX, e art. 39, § 3º da Magna Carta Federal de 1988, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO FIRMADO EM PROEMINAL**, e de consequência, condeno ao Município réu no pagamento do vencimento do mês de dezembro de 2004, fixado à base legal de 01 (um) salário mínimo, e ainda no pagamento da diferença salarial (complementação do salário mínimo) - julho de 2000 a dezembro de 2004, e mais férias (2001, 2002, 2003 e 2004) e 13º salário (2000 – 4/12), 2001, 2002, 2003 e 2004, tudo atualizado monetariamente, e ainda, pelo princípio da sucumbência, condeno o Município réu no pagamento de custas processuais, e honorários advocatícios, estes arbitrados à razão de 10% sobre o valor atribuído à causa.

Submisso às diretrizes do art. 475, inciso I do Código de Processo Civil, que disciplina o reexame obrigatório, uma vez transcorrido o prazo de recurso voluntário, remetam-se os presentes autos ao Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado para os devidos fins de Direito, isso porque não há na presente decisão condenação a pagamento de valor certo não excedente a 60 (sessenta) salários mínimos, consoante prelaçiona o § 2º do art. 475 do CPC com redação dada pela Lei 10.352 de 26.12.2001.

Ciência ao Ministério Público para conhecimento e providências que julgar oportunas.

**P.R.I.C.”** (conferir sentença fls. 79/103).

Em sua exordial, afirma o autor/apelado, que foi contratado verbalmente pelo Município de Santa Maria do Cambucá, para o desempenho da função ajudante geral em outubro de 1994, sendo injustamente demitido em janeiro de 2005. Defende que a Municipalidade nunca adimpliu os valores devidos a título de férias, gratificação natalina, repouso semanal remunerado e horas extras.

Ademais, afirma que recebia salário inferior ao mínimo.

Irresignado com a sentença o Município interpôs o **apelo** de fls. 104/111, argumentando: **(i) preliminarmente**: a incompetência absoluta da justiça comum, posto que a contratação em foco foi ilegal, e, sendo o contrato nulo, a competência para apreciação do feito seria da justiça do trabalho; **(ii) no mérito**: (a) o apelado não comprovou a sua condição de ex-funcionário, nem que recebia meio salário mínimo; (b) os contratos nulos de pleno direito não produzem qualquer efeito no mundo jurídico; (c) a contraprestação a ser paga ao trabalhador decorrente de





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

contrato nulo não tem natureza salarial, mas indenizatória; (d) o autor foi contratado verbalmente, tendo recebido, durante a vigência desse contrato verbal, todos os direitos a que fazia jus.

O apelado ofereceu as **contra-razões** de fls. 116/120, argumentando: (i) ser competente a justiça comum para apreciar o feito, tendo em vista que o STF suspendeu a aplicação do art. 114, I da CF; (ii) faz jus ao recebimento dos salários pleiteados; (iii) pugna pela majoração dos honorários de sucumbência, para fixá-los no percentual de 20% incidente sobre o valor da causa.

O Ministério Público com atuação neste Tribunal declinou de sua participação no feito. (fls. 132).

É o essencial a relatar.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 09 de maio de 2014.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0283085-3**

**APELANTE:** Município de Santa Maria do Cambucá

**APELADO:** Arnaldo Simões de Araújo

**RELATOR:** Des. Francisco Bandeira de Mello

**VOTO**

Rejeito, inicialmente, a preliminar de incompetência da Justiça Comum Estadual, tendo em vista o entendimento firmado, por esta 2ª Câmara de Direito Público em processo idêntico, envolvendo a mesma matéria e o mesmo Município:

**EMENTA:** ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL RECEBIDO COMO RECURSO DE AGRAVO. FUNGIBILIDADE. CONTRATO DE TRABALHO NULO POR AUSÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM. CONTRATAÇÃO SEM PRÉVIA APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO. NULIDADE DO CONTRATO. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DO CONTIDO NO ART. 7º, INCISOS VIII E XVII DA CF/88. RECURSO DESPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Não merece acolhida a alegação do agravante no sentido da incompetência absoluta da Justiça Comum para julgar a presente lide, tenho em vista entendimento firmado no âmbito do STJ em sentido contrário (STJ, CC 97598 RN 2008/0161117-4. Relator (a): Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI. Julgamento: 26/11/2008. Órgão Julgador: S1 - PRIMEIRA SEÇÃO. Publicação: DJe 09/12/2008); 2. A contratação sem prévia aprovação em concurso público, após o advento da Constituição Federal de 1988, tal como se deu com o autor/agravado, implica em nulidade do contrato celebrado. Ocorre que, restando incontroversa a prestação de serviço pelo apelado à Municipalidade, há de ser observado o contido no art. 7º, incisos VIII e XVII, da CF/88, garantindo-se a este o direito à diferença salarial (compleção do salário mínimo), férias e 13º salário, tal como estabelecido na sentença recorrida, sob pena de enriquecimento sem causa do Poder Público. 3. Recurso improvido. Decisão unânime. (TJ-PE - AGR: 2814944 PE 0018513-51.2012.8.17.0000, Relator: José Ivo de Paula Guimarães, Data de Julgamento: 04/10/2012, 2ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 189, undefined)

Passando a análise de fundo, observo que o autor/apelado iniciou suas atividades laborativas para o município apelante em outubro de 1994, exercendo a função de Ajudante Geral até janeiro de 2005, tendo a referida contratação sido efetuada de **forma verbal e sem que o mesmo tenha se submetido a concurso público.**

Deveras, o vínculo entre o autor e a Administração Pública Municipal se deu de forma irregular. Contudo, sob pena de se incorrer em ofensa ao princípio da vedação ao enriquecimento sem causa, deve-se estender ao autor, os direitos sociais previstos no art. 7º da Constituição Federal.

Pois bem.

O apelado pleiteou pelo recebimento das verbas rescisórias elencadas às fls. 04.

O apelante defende que o autor não faz jus ao recebimento em foco, posto que, os contratos nulos de pleno direito não produziram qualquer efeito no mundo jurídico,





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

e que em sendo o contrato nulo, o apelado apenas faria jus ao recebimento de indenização pelos meses trabalhados e não a salários.

No ponto, observo que a eventual nulidade do contrato não implica na inexistência de direito à percepção da remuneração devida em contrapartida ao fato em si do trabalho prestado, ainda que irregular a contratação, sem o que dar-se-ia o locupletamento da administração, que a um só tempo deu causa à nulidade e dela se beneficiou, pela apropriação do trabalho prestado pelo servidor.

A propósito, a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, quanto aos servidores contratados **sem** concurso público, cujos contratos de trabalho sejam declarados nulos, é a de que os efeitos da nulidade não são retroativos, tendo o empregado **direito à percepção dos salários atrasados**, com base no princípio da boa-fé e da primazia da realidade (RESP 326676/GO, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, DJU de 04/03/2002).

Superado esse argumento, anoto que o Juízo *a quo* consignou na sentença apelada que a prova testemunhal produzida nos autos confirmou a prestação de serviços por parte do apelado (fls. 95).

Na espécie, uma vez comprovada a prestação de serviço, mas não constando dos autos o demonstrativo do pagamento, ao demandante, das verbas constitucionais pleiteadas, merece a sentença ser mantida.

Isso porque, consoante a regra encartada no art. 333, II, do Código de Processo Civil, cabia ao Município apresentar prova da existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito reclamado pela parte autora, qual seja, nesta última hipótese, o efetivo pagamento de todos os valores pleiteados a título de férias e 13º salário.

Nesse quadro, certo é que a matéria em análise - obrigação de pagar vencimento a servidor público ativo ou inativo - resta de todo pacificada perante este Tribunal de Justiça, consoante se vê, exemplificativamente, do aresto seguinte:

**EMENTA: "DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL -SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SALÁRIOS ATRASADOS - AÇÃO PROCEDENTE - SENTENÇA MANTIDA - NEGADO PROVIMENTO À REMESSA OFICIAL - DECISÃO UNÂNIME".**

**I. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA DA AUTORA:** Há nos autos elementos suficientes para estabelecer a "legitimatio ad causam" da autora, como o demonstrativo de pagamento de salário constante dos autos, no qual consta seu nome e a função exercida como funcionário do município de Palmares. Preliminar Rejeitada.

**II. MÉRITO:** São inúmeros os direitos sociais que protegem o funcionário público, estando todos eles previstos na Constituição Federal. A Carta Magna é clara ao reza que se aplicam aos servidores públicos civis os direitos garantidos ao empregado pelas disposições do art. 7º, incisos IV, VI e VIII, os quais garantem o salário mínimo, a irredutibilidade do salário e o décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou valor da aposentadoria.

**III. Não resta dúvida acerca da aplicabilidade destes direitos sociais aos servidores públicos civis, resguardando o princípio da Dignidade Humana, consolidado pela Constituição Federal, pelo qual todo trabalho deve ser remunerado.**



163

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

IV. No tocante à condenação da Edilidade ao pagamento dos honorários de advogado, é aplicável à hipótese o art. 20, parágrafo 3º, do CPC.

V. Sentença "a quo" mantida integralmente e negado provimento à Remessa Oficial, em votação unânime." (Duplo Grau Obrigatório de Jurisdição Nº 76799-7, Primeira Câmara Cível, em 10.12.2002, Des. Relator Bartolomeu Bueno).

EMENTA: AÇÃO DE COBRANÇA. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. SALÁRIOS. DÉCIMO-TERCEIRO. AUSÊNCIA DE PROVA DE QUITAÇÃO. PAGAMENTO DEVIDO. RECURSO DE AGRAVO DESPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. O salário do servidor tem caráter alimentar e à Administração Pública, quando apontada como inadimplente, no cumprimento dessa obrigação, cabe o ônus de demonstrar, através de documentação idônea, que pagou ao servidor o salário a que faz jus, de acordo com a norma constitucional. 2. Evidenciada, in casu, a inadimplência do recorrente, afigura-se acertada a condenação do Município de Panelas ao pagamento dos vencimentos do autor/recorrido, referente aos meses de setembro, outubro, novembro, dezembro de 1996 e do respectivo 13º salário, juntamente com as férias e a última parcela do 13º salário referentes ao ano de 1998, uma vez que o recebimento das aludidas verbas remuneratórias devidas em razão do trabalho prestado pela autor/recorrido à Administração Municipal configura-se direito constitucionalmente garantido ao servidor público, por força do disposto no art. 7º c/c art. 39 § 3º da Carta Maior. Precedentes neste Tribunal. 3. Recurso de Agravo a que se nega provimento. 4. Decisão unânime (RA 135620-3/01, Rel. Des. Fernando Cerqueira, 7ª Câmara Cível, DJ 12/02/2008). (Grifei).

Nesse contexto, o apelado faz jus ao recebimento das verbas deferidas na sentença.

Igualmente, correta a sentença de 1º grau quando determinou a complementação do salário ao mínimo, pois nos termos do art. 7º, incisos IV e X, da Constituição Federal, a remuneração mínima a ser paga aos servidores públicos, ativos ou inativos, deve ser de 01 (um) salário mínimo mensal.

Essa garantia constitucional de percepção de 01 (um) salário-mínimo mensal é **auto-aplicável**, obrigatória e cogente para todos os entes federados, independentemente da carga horária.

Registro, por fim, que as contra-razões ao apelo não constituem sede apropriada para se pleitear a majoração de honorários de sucumbência.

Com essas razões, **nego provimento** ao reexame necessário, prejudicado o apelo, mantendo a sentença recorrida por seus próprios fundamentos.

Recife, 22 de maio de 2014.  
  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator